



VANDERLEIA CICERA SOARES ZUNTA

**A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO:
FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE POBREZA E DE DESIGUALDADE SOCIAL**

CURITIBA

2016

VANDERLEIA CICERA SOARES ZUNTA

**A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO:
FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE POBREZA E DE DESIGUALDADE SOCIAL**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Professora Ma. Elisandra Angrewski

CURITIBA

2016

A CONTRIBUIÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO: FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE POBREZA E DE DESIGUALDADE SOCIAL

Vanderleia Cicera Soares Zunta

RESUMO

O presente artigo apresenta os resultados da pesquisa que teve como objetivo compreender o que os profissionais da educação têm a dizer sobre a presença do Assistente Social no espaço escolar. Para obtenção de dados utilizou-se de pesquisa bibliográfica e da técnica Roda de Conversa com a equipe gestora de uma escola do município de Santa Fé. Diante dos resultados obtidos pode-se afirmar que a inclusão do profissional do Serviço Social no quadro dos profissionais da educação da escola é muito importante e solicitada pelos profissionais que colaboraram com a pesquisa, para que este execute a função social de proteção dos direitos fundamentais garantidos pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA e possa intervir de forma interdisciplinar frente aos problemas sociais existentes no espaço escolar. Também se concluiu que a inclusão do Assistente Social na educação se justifica através do entendimento de que o processo de ensino e aprendizagem pressupõe a articulação entre as dimensões afetiva e social.

Palavras-chave: Educação, Serviço Social, Intervenção.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca investigar a dimensão educativa no processo da atuação do profissional de Serviço Social, e se insere em um processo de estudo que articula as áreas de Serviço Social e da Educação. Essas áreas de conhecimento quando articuladas, contribuem para um avanço qualitativo das discussões e das práticas relacionadas ao processo educativo.

A prática do Assistente Social possibilita construir uma intervenção qualificada ao trabalhar as formas individuais articuladas ao coletivo nos processos educacionais. Neste contexto Yamamoto (1999) analisa que o Serviço Social dispõe de uma dimensão prático-interventiva situada em um processo coletivo de trabalho,

portanto, envolve e partilha com outros profissionais, buscando de forma coletiva os resultados pretendidos.

A inclusão do Assistente Social na educação se justifica através do entendimento de que o processo de ensino pressupõe a articulação entre as dimensões afetiva e social. A escola proporciona um espaço social para formação da cidadania e preparação para o mundo do trabalho através da transmissão dos saberes historicamente constituído. O espaço educacional reflete no seu dia a dia a questão social relacionada pobreza, existe, portanto, as necessidades de práticas assistenciais no espaço educacional.

Segundo SAVIANI (1986), a escola se constitui em uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir a interação de todos os indivíduos no corpo social. Ao mesmo tempo a escola, enquanto espaço social depende e se inter-relaciona com a estrutura social geradora (sociedade). É neste contexto de inter-relações que a presença do profissional de Serviço Social no quadro de profissionais na rede pública de ensino pode contribuir no entendimento de quem é o aluno, pois, ao buscar desvelar quem é esse sujeito, o profissional do Serviço Social contribui em diversos fatores sociais no âmbito educacional de forma crítica e participativa das formas estruturais e da realidade do aluno.

A fim de compreender qual é o entendimento que os profissionais da educação têm, sobre a presença do Assistente Social no espaço escolar, buscou-se investigar como a equipe diretiva e pedagógica de uma determinada escola percebe esta presença. Como metodologia foi utilizada a roda de conversa e os sujeitos participantes foram à equipe diretiva e pedagógica de uma situação do município de Santa Fé.

No Brasil observa-se que houve um avanço significativo na assistência das famílias na questão da fome através dos programas sociais como Programa Bolsa Família – PBF, no entanto a escola atende diversos fatores sociais e não existe um profissional qualificado para mediar os conflitos e fazer intervenção entre os alunos, escola, família e sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

As escolas, compreendidas como espaços em que se efetiva a educação formal, estão inseridas em um constructo social em que o Assistente Social tem fundamentos legais que orientam sua atuação, pois são nas escolas que se podem vivenciar frequentemente as expressões sociais. A atuação do assistente social na educação é importante, pois além de garantir em alguma medida alguns direitos sociais, ele pode fazer a mediação entre aluno, família e escola. Sendo o contato com a família uma das atribuições do assistente social, é possível desenvolver estratégias para aproximá-las da escola, desenvolver uma interação a fim de, conhecer a realidade em que vivem e as dificuldades que se encontram, levando essas informações para a equipe gestora da escola, a fim de serem analisadas.

Num contexto da Gestão Democrática das escolas, em que a participação de todos os segmentos é fundamental para a busca de uma educação de qualidade, a presença deste profissional no espaço escolar pode contribuir de inúmeras formas.

Os problemas sociais a serem combatidos pelo assistente social na área da educação são:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001 p. 23).

Ainda sobre a prática profissional do Serviço Social na área da educação educacional, Martins (1999) destaca que são objetivos desta prática:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família-escola-comunidade ampliando o espaço de participação;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos (MARTINS, 1999 p. 60).

CFESS (2001) afirma ainda que a atuação do assistente social no espaço escolar requer identificar fatores sociais, culturais e econômicos que interferem de forma negativa no andamento educacional como: evasão escolar, baixo rendimento, violência, dependência química, prostituição, entre outros. Desta forma é fundamental uma intervenção multidisciplinar entre profissionais composta da gestão escolar (professores, pedagogos, psicólogo e assistente social) e pela família.

Sendo educação um direito social que oportuniza ao indivíduo participar da sociedade de forma igualitária de conhecimento, qualidade de vida e qualificação profissional de qualidade, o Serviço Social.

No âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas a problemáticas sociais vividas por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar. (CORDEIRO, 2005 p. 39)

Considerando que a família tem papel fundamental na vida dos seus filhos, é imprescindível sua participação na educação do mesmo, é necessário investigar que causas conduzem os alunos ao baixo desempenho escolar e construir estratégias conjuntas com a família para lidar com a questão. O Conselho Federal de Serviço Social (2001) afirma que indicadores apontam que o "baixo rendimento, desinteresse pela escola e evasão escolar e entre outros" se destacam como fatores significativos no impedimento do avanço nos estudos. Considerando que estes fatores, nem sempre tem sua origem na própria escola, é que se justifica o trabalho conjunto entre família e escola a fim de mitigar essas situações.

A ausência dos pais no âmbito escolar é um indicador de que a educação formal não está tendo atenção necessária da família, fator que dificulta a vida dos seus filhos. Neste contexto o profissional de serviço social pode mediar e organizar estratégias em conjunto com outros profissionais para aproximar a família da escola.

Almeida (2000) defende que a inserção do Assistente Social no espaço escolar deve ser compreendida de forma política e profissional, como função social e profissional na conquista da cidadania.

No Estado do Paraná foi aprovado pela Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 206/99 que autoriza a implantação do Serviço Social na rede estadual de ensino, sancionada a Lei nº 15.075, de 05 de Maio de 2006, que autoriza a implantação do

“Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em todas as unidades escolares integradas a Rede de Ensino Público”. Contudo, a presente lei não foi constituída na prática na rede pública de ensino, mesmo com esforço da categoria.

Segundo CFESS (2015) há um Projeto de Lei nº 3688/2000 conhecido como Parecer Jurídico 23/2000, que busca inserir o profissional de assistente social e psicóloga na rede pública de ensino de educação básica no país. O presente projeto de lei foi apresentado em 2000 e segue tramitando e aguardando a aprovação definitiva, passando pela câmara, comissões, senados e atualmente encontra-se na câmara novamente.

Diante deste cenário, o que os profissionais da educação têm a dizer sobre a presença do assistente social no espaço escolar? Para responder a esta pergunta foi realizada uma roda de conversa. A opção pela roda de conversa se deu a partir do entendimento de que esta técnica, segundo Mélo et al. (2007), prioriza discussões em torno de uma temática e, no processo dialógico, as pessoas podem apresentar suas elaborações, mesmo contraditórias, sendo que cada pessoa instiga a outra a falar, sendo possível se posicionar e ouvir o posicionamento do outro. Ao mesmo tempo em que as pessoas falam suas histórias, buscam compreendê-las por meio do exercício de pensar compartilhado, o qual possibilita a significação dos acontecimentos.

3 METODOLOGIA

A coleta de dados através da metodologia de Roda de Conversa é utilizada através da interação entre pesquisador e participantes da pesquisa em forma de grupo, participaram da prática três profissionais: uma pedagoga com 10 anos de profissão, sendo 5 anos nesta escola; uma diretora com 20 anos de profissão como professora, sendo 19 anos nesta escola, uma professora com 23 anos de profissão, sendo 15 anos nesta escola. Compreende que as informações através da Roda de Conversa são falas sobre determinado temas discutidos pelos participantes, cabendo ao mediador manter a participação de forma igualitária a todos.

Para o desenvolvimento desta técnica a pesquisadora foi até a escola e estabeleceu o clima para a realização de um diálogo franco em que os participantes pudessem expor suas impressões sobre a temática posta.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Estadual na Rede de Ensino no Município de Santa Fé - Paraná, localizada na região central da cidade. A presente escola funciona atualmente no período vespertino e matutino e possui 690 alunos, dos quais 76 são beneficiários do Programa Bolsa Família. A referida escola foi escolhida para pesquisa devido ao significativo número de beneficiários do programa Bolsa Família.

A roda de conversa teve duração de 30 minutos e foi gravada, na sequência realizou-se a transcrição do material. De maneira geral é possível afirmar que a técnica foi muito produtiva, pois, permite grande interação entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa. A conversa ocorreu no período vespertino às 14 horas às 14 horas e 30 minutos na sala da orientação da escola, o desenrolar da conversa ocorreu de forma tranquila e os participantes demonstraram muito respeito com as ideias uns dos outros.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A conversa iniciou com o apontamento das principais dificuldades encontradas na escola e segundo os participantes essas dificuldades estão relacionadas à evasão escolar, ao desinteresse e a indisciplina. Destaca-se, na questão da indisciplina, a dificuldade que os alunos têm em cumprir com o mínimo no sentido de pontualidade, uso do uniforme, material necessário para os estudos e que, para compreender o que está sendo transmitido, é preciso ouvir atentamente os professores.

Sobre isso um dos participantes da roda de conversa afirma:

Os alunos têm um desinteresse pela escola, e para eles cumprir com mínimo é muito difícil como: chegar no horário, copiar que professor passa no quadro, responder a chamada, vir para escola com uniforme, causando evasão escolar. (Participante A)

Na sequência, abordou-se a gestão democrática da escola e evidenciou-se que este princípio ocorre em relação aos recursos financeiros. Segundo os participantes da pesquisa, a equipe diretiva sempre procura conversar com APMF, colegiado, professores e comunidade para tomar as decisões que são necessárias. A escola conta com a existência de todas as Instâncias colegiadas determinadas no

regimento interno: Conselho de Classe, Conselho Escolar, APMF e Grêmio. A equipe gestora da escola faz um trabalho de convencimento sobre a importância da participação de toda a comunidade escolar, não somente nos eventos, mas na tomada das decisões escolares. Atualmente a escola está passando por um processo de mudança no que se refere ao tempo escolar: de bimestre para trimestre. Esse é um exemplo de uma tomada de decisão em que as instâncias colegiadas participaram.

A escola sempre quando é possível reúne com a instância para tomar decisões, é difícil convencer para participar, mas diretora faz um trabalho de convencer que é importante para todos. Difícil mas consegue trazer membros para participar da decisão da escola. Não só de promoções para arrecadação, mas, para decidir ações importantes. (Participante B)

Ainda sobre o papel e a participação das instâncias colegiadas o participante B relata “Todas as instâncias participam das decisões escolares, esta semana mesmo tomaram decisão de passar de bimestre para trimestre”.

Sobre os alunos beneficiários dos programas de distribuição de renda, em específico do Programa Bolsa Família, os participantes da roda de conversa informaram que estes são acompanhados através preenchimentos dos formulários do ¹Projeto Presença.

Além deste acompanhamento, a equipe gestora também monitora as avaliações e as presenças dos alunos, segundo a pedagoga é comum os pais culparem a escola, quando perdem o benefício por conta da não frequência às aulas dos alunos.

Temos cuidado de verificar a presença do aluno, ao preencher dados do bolsa família, pois a frequência do programa é diferente mínimo de presença para sua aprovação, mesmo assim quando a família não recebe o dinheiro eles nos acusam por ter perdido. (Participante A)

¹ Projeto Presença é um sistema de acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família, foi desenvolvido WEB a fim de permitir o acesso ao sistema em todas as regiões do País. Para isso é necessário possuir uma conexão local com a internet. Tem objetivo de monitorar a frequência escolar de estudantes no Programa Bolsa Família - PBF que deve ser de 85% no mínimo para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para os Jovens de 16 e 17 anos, que recebe o Benefício Variável Jovem - BVJ.

Visto como um programa paliativo necessário na real situação de classes existente no Brasil com renda desigual, a equipe gestora da escola defende que o PBF deveria considerar também o rendimento do aluno e não somente frequência.

A escola vem, tentando amenizar os problemas sociais existentes na escola através de projetos promovidos pelo Estado em contra turno voltado para os alunos, principalmente para os alunos em situação de risco. No entanto os alunos beneficiários do PBF são os que menos participam, pois são os mais vulneráveis e as famílias têm maior dificuldade de acompanhar. Segundo a equipe gestora, a adesão dos alunos beneficiários é processo árduo: “[... é difícil formar turma com esses alunos do Programa Bolsa Família, existem com esses alunos muitas desistências, mesmo ligando para os pais, indo atrás dos alunos”. (Participante A)

A escola não tem profissional específico para tratar das questões sociais, segundo a pedagoga, a equipe pedagógica precisa lidar com todos os problemas e priorizar a aprendizagem.

Quando a escola tem um assistente social e um psicólogo é outra realidade, tem outro olhar, a assistente social faz visita na casa do aluno, quando o aluno entra em contato com a família, junto com pedagogo. Porém é todo um olhar diferenciado. Procura-se planejar para entrar em contato com a família, mas um professor falta e acabamos indo para sala de aula. (Pesquisadora A)

Questionadas sobre a Lei nº 15.075/2006, relataram desconhecer, pois nunca ouviram falar em nenhuma reunião, possuem conhecimento de que nas escolas especiais há os profissionais de assistente social e psicólogo, devido ao recurso ser do SUS para contratação. Destacam que no caderno que orienta a criação do regimento escolar tem todas as categorias de profissionais a rede pública e não tem assistente social e psicólogo.

Sobre a presença do profissional de assistente social na escola, a equipe gestora afirma que seria muito bem vindo e que certamente não haveria nenhuma resistência. Sobre isso a pedagoga destaca:

A cada dia estamos fazendo esta função sem informação adequada, sem tempo hábil, um trabalho que desenvolvemos sem conhecimento. A escola quando precisa pagar o psicólogo para fazer avaliação para sala de recurso, o aluno precisa estar avaliado. O estado tem psicóloga no núcleo exercendo outra função e se ficar esperando não se resolve, direção pagou com recurso do APMF. As demandas escolares são grandes e não damos conta, são tantos problemas que se precisa de socorro, nos dias atuais não existe

resistência da permanência do assistente social precisamos deste profissional. O serviço social seria um profissional que seria essencial para compartilhar nossas dificuldades e juntos teria um trabalho de maior qualidade, pois com visão diferenciada com alunos e famílias participar vida escolar dos filhos. (Pesquisadora A)

A contribuição do assistente social na escola estaria voltada em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos presentes no ambiente escolar que contribuem com a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, comportamentos agressivos, indisciplina, entre outros. Identificar e intervir, pois, esses elementos precisam de uma intervenção conjunta entre profissionais da educação, assistente social, família e a sociedade civil, a fim de garantir uma qualidade de ensino para transformação do cidadão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão de como acontece a Contribuição do Assistente Social na Rede Pública: frente às situações de pobreza e desigualdade social, foi necessário buscar um estudo bibliográfico no sentido de entender como esta contribuição com este profissional pode melhorar o cotidiano escolar e qualidade na formação do cidadão e em segundo momento fazer uma pesquisa na escola utilizando metodologia Roda de Conversa com equipe pedagógica.

Diante dos resultados obtidos por esta escola pesquisada, foi possível afirmar que é fundamental a inclusão do profissional de serviço Social no quadro de profissionais da educação da escola, a fim que execute a função social de proteção dos direitos fundamentais da criança e do adolescente como assegura o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA. Pois os problemas sociais refletidos na evasão escolar, indisciplina, envolvimento com dependência química, gravidez escolar, violência, desinteresse do aluno, dificuldades econômicas, entre outros, precisam de uma intervenção de uma equipe interdisciplinar.

A atuação do profissional do serviço social na política educacional é fundamental para o desenvolvimento na qualidade de vida dos alunos, sendo indispensável para inserção do Assistente Social, profissionais de educação e à família, porém não poderá ser visto diante pelos demais profissionais da educação

como a solução de todos os problemas. Mas, como o profissional que irá contribuir com as necessidades da demanda existente no contexto escolar.

No entanto o profissional busca intervir na demanda encontrada no âmbito escolar, de acordo com os princípios do Código de Ética profissional atual, garantindo a equidade, a universalidade e integralidade de acesso aos serviços relacionados aos programas e projetos sociais em gestão democrática.

A inserção do Assistente Social na política educacional se fundamenta em um trabalho em uma parceria necessária para contribuir com mediação entre novos saberes, de forma articulada entre profissional de serviço social e profissionais da educação para garantir direitos de uma educação de qualidade na formação do cidadão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **O Serviço Social na educação**. In: Revista Inscrita, nº 06. Brasília, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança da Criança e do Adolescente**. Lei 8069, de 13 de julho de 1990. ECA. Porto Alegre: CRESS, 2000.

BRASIL. **Manual do Sistema Presença**. V. 1.0 2013
http://static.mec.gov.br/presenca/attachments/final/Manual_Sistema_Presenca_2013_-_OMM.pdf - visualizada em 25/10/2016

BRASIL. **Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidades** – Condicionalidade em Educação do Programa Bolsa Família – PBF. <http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo> - visualizado em 25/10/2016.

CAMILO, Lindsay Susan; CORDEIRO, Priscila Tatiane. **A atuação do Assistente Social nas escolas Municipais de Franca pós- 1996**, Franca, 2005. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Campus de Franca, para a obtenção de título de Assistente Social).

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de Estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília:2001.

CFESS . **Projeto de Lei Educação Avança na Câmara e vai ao Plenário**. 2015 - <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1197> - visualizada em 18/092016

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social**. In: Centro de Educação, Aberta, Continuada a Distância. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Leis Diretrizes de Bases da Educação**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm - visualizada em 14/09/2016.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social na área da Educação**. IN: Revista Serviço Social & Realidade. V 8 N.º 1. UNESP, Franca: São Paulo, 1999.

PARANÁ. **Lei nº 15.075 de 04 de maio de 2006**. Autoriza a implantação do Programa de Atendimento Psicopedagógico e Social em todas as unidades escolares que integram a Rede de Ensino Público. <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=3447> – Visualizada em 18/09/2016.

_____. **Programa Bolsa Família**. Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm - visualizada em 12/09/2016

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. São Paulo: Autores Associados, 1986.